

**LULEANA ALIMENTOS EIRELI**  
**FÁBRICA DE FARINHA DE MANDIOCA ESTRELA DA MANHÃ LTDA – EPP**

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES**  
**Abril de 2021**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX53 UC9MY E4Z8Z N8TMA

## CONTATO

### CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP: 80530-000

### MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968  
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP: 87020-015

### SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850  
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP: 01310-000

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

**Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito da vara Cível da Comarca de Santa Isabel do Ivaí – Estado do Paraná.**

Dra. Chélida Roberta Soterroni Heitzmann

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

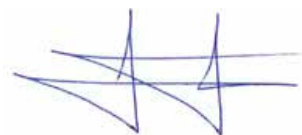
O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de **abril de 2021**, das Recuperandas **Luleana Alimentos Eireli e Fábrica De Farinha de Mandioca Estrela da Manhã LTDA – EPP**, disponibilizadas por meio do Escritório Argus Contabilidade (representado pelo contador Sr. Pedro Baraldi), devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0000836-23.2019.8.16.0151** e no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 18 de junho de 2021.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRADORA JUDICIAL  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
**Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES**  
OAB/PR nº 65.066



RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES - Abril de 2021 LULEANA ALIMENTOS EIRELI FÁBRICA DE FARINHA DE MANDIOCA ESTRELA DA MANHÃ LTDA – EPP



# ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DA RECUPERANDA	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	10
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	15
5. ENDIVIDAMENTO	26
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	30
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	34
8. GLOSSÁRIO	46
9. ANEXOS	48



# 1. SUMÁRIO EXECUTIVO



## Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Atividades das Recuperandas	Haja vista a crise econômica financeira enfrentada pelas Recuperandas, as mesmas defrontam diversas dificuldades, dentre elas estão a Prevalência nos atrasos com entregas de materiais de manutenção e de uso e consumo devido a pandemia da COVID-19 e o aumento do custo dos produtos (plástico, ferro, inox, etc). Na busca pela superação das dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, sendo elas o controle mais apurado nos custos da empresa e a readequação dos serviços devido a necessidade de higienização nas empresas e a pandemia COVID-19.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária e organizacional das Recuperandas, não houveram quaisquer modificações em relação ao mês antecedente. No término do mês em apreço, as Recuperandas possuíam o total de 47 funcionários ativos.
Informações Financeiras	<p>No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um <b>Disponível</b> no valor de <b>R\$ 3,200 milhão</b>, sendo que destes <b>R\$ 3,181 milhão</b> se concentra na conta <b>Caixa Geral</b>, necessitando, portanto, que os responsáveis reavaliem se esses valores estão corretos ou se se referem a operações que necessitam de reconciliação e que devem ser registrados no resultado das Recuperandas, adequando o resultado das suas operações, <u>situação recorrente quando avaliado os meses anteriores</u>.</p> <p>Outrossim, analisando as contas de <b>Deduções da Receita Bruta</b> verificamos a inexistência do registro de valores neste mês, apesar de as Recuperandas terem registrado um <b>Faturamento Bruto</b> na ordem de <b>R\$ 1,115 milhão</b>, necessitando que seja reavaliado os motivos da ausência destas deduções e corrigido nos meses subsequentes. Ressaltamos a necessidade de que as Recuperandas garantam o registro contábil de toda a sua movimentação dentro competências necessárias, possibilitando a análise e avaliação do seu resultado ao longo da RJ.</p> <p>Destarte, avaliando as <b>Despesas Operacionais</b>, verifica-se uma redução de <b>54,6%</b> que teve como principal fator as seguintes variações: a) <b>Despesas Administrativas (-29,7%)</b>: destaca-se a redução de <b>20,95%</b> nas despesas com <b>Honorários Advocatícios</b>, registrando-se neste mês o valor de <b>R\$ 58,6 mil contra R\$ 74,1 mil</b> no mês anterior, redução já percebida nos meses anteriores, a exemplo de março/2021; b) <b>Despesas Financeiras (11,1%)</b>: como principal causa, ressalta-se a contabilização de <b>Juros e Multas de Mora</b> no valor de <b>R\$ 21,8 mil</b> e também a redução de <b>99,32%</b> o registro de <b>Variação Monetária Passiva</b> no valor de <b>R\$ 31,68 contra R\$ 4,6 mil</b> do mês anterior; c) <b>Despesas Tributárias (-99,7%)</b>: Devido ao provisionamento Trimestral de <b>CSLL (R\$ 34,8 mil)</b> e <b>IRPJ (R\$ 52,4 mil)</b> no mês de março/2021.</p>



## Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Endividamento	No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores (do mov. 1.109 ao mov. 1.102), em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior à R\$21 milhões, sendo todos credores classificados como créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos quirografários e créditos ME/EPP. Findo o prazo do art. 7º, §1º da LFRJ a AJ apresentou a relação nominal de credores, em consonância ao art. 8º da LFRJ (mov. 154), em montante superior a R\$23 milhões, sendo os credores classificados como créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos quirografários e créditos ME/EPP. Ademais, tendo em vista os acórdãos dos Agravos de Instrumento autos nº 0030117-89.2019.8.16.0000 e autos nº 0032755-95.2019.8.16.0000 que determinaram a exclusão dos Empresários Rurais do polo ativo da presente RJ, esta Administradora Judicial apresentou ao mov. 950 a Relação de Credores do art. 7º, §2º, da LFRJ, retificada após a exclusão dos Empresários Rurais, em montante superior a R\$15 milhões.
Plano de Recuperação Judicial	As Recuperandas apresentaram o <b>novo</b> PRJ ao mov. 944, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ, o qual objetiva restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; aprimorar os critérios para a determinação dos preços de vendas de bens e serviços e adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira. O referido Plano foi <b>APROVADO</b> em Assembleia Geral de Credores realizada em 26/01/2021, e pende de homologação pelo Juízo.
Informações Processuais	No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante a Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.



## 2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

- 2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



## Atividades das Recuperandas

Haja vista a crise econômica financeira enfrentada pelas Recuperandas, as mesmas defrontam diversas dificuldades, dentre elas estão a Prevalência nos atrasos com entregas de materiais de manutenção e de uso e consumo devido a pandemia da COVID-19 e o aumento do custo dos produtos (plástico, ferro, inox, etc). Na busca pela superação das dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, sendo elas o controle mais apurado nos custos da empresa e a readequação dos serviços devido a necessidade de higienização nas empresas e a pandemia COVID-19.

### 2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS

As Recuperandas constituem Grupo Econômico atuante no segmento de fecularia, mais especificamente na produção de alimentos derivados de mandioca, como farinha flocada (biju), crua e torrada.

As atividades do grupo tiveram início no ano de 2008 com a fundação da empresa Luleana Alimentos por iniciativa do Sr. Hélio Luis Schuelter, que à época já possuía vasta experiência na produção de mandioca. Ato contínuo, o grupo obteve considerável crescimento econômico com a aquisição da empresa Estrela da Manhã. Destarte, mesmo frente ao expressivo crescimento do grupo econômico, a crise que assolou o segmento, bem como, o endividamento junto às instituições financeiras, e consequentemente os elevados juros sobre tais operações, fizeram com que as Recuperandas entrassem em uma forte ciranda financeira, que resultou, em curto espaço de tempo, em um endividamento crescente.

### 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

As Recuperandas afirmam que, sofreram gravemente com os impactos advindos da crise no segmento de Produtores de Amido de Mandioca que mercado vivenciou sobretudo nos últimos anos, havendo declínio considerável de faturamento. As principais causas da crise financeira, de acordo com as Recuperandas consistem em: (i) forte concorrência com os produtores da região nordeste do Brasil; (ii) necessidade de mudanças na estruturação das empresas tendo em vista o fechamento de contrato com cliente multinacional do setor alimentício e; (iv) alegação de operação temerária de créditos judiciais do Banco do Brasil S.A. (credor mais expressivo) promovida por um causídico, que gerou ainda mais prejuízos as empresas. Diante tal cenário, as Recuperandas não encontraram outra solução que não fosse se submeter as condições impostas pelas instituições financeiras, que aos poucos foram comprometendo sua saúde financeira, que já estava em situação complexa devido aos fatores supraditos.

### 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

#### Medidas adotadas:

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas são:

- Controles mais apurados nos custos da empresa;
- Readequação dos serviços devido a necessidade de higienização nas empresas e a pandemia COVID-19.

#### Principais dificuldades enfrentadas:

As principais dificuldades enfrentadas pelas Recuperandas no período foram:

- Oscilações no preço de matéria prima;
- Dificuldade na venda do produto;
- Aumento do custo dos produtos (plástico, ferro, inox, etc.);
- Prevalência nos atrasos com entregas de materiais de manutenção e de uso e consumo devido a pandemia da COVID-19;
- Pagamentos à vista aos fornecedores;





## Atividades das Recuperandas

Haja vista a crise econômica financeira enfrentada pelas Recuperandas, as mesmas defrontam diversas dificuldades, dentre elas estão a Prevalência nos atrasos com entregas de materiais de manutenção e de uso e consumo devido a pandemia da COVID-19 e o aumento do custo dos produtos (plástico, ferro, inox, etc). Na busca pela superação das dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, sendo elas o controle mais apurado nos custos da empresa e a readequação dos serviços devido a necessidade de higienização nas empresas e a pandemia COVID-19.

## Informações Adicionais:

As Recuperandas forneceram ainda as seguintes informações adicionais:

- Prevalência nos cuidados com a higiene devido a pandemia COVID-19;
- Auditoria para reorganização empresarial;
- Oferta predominante no industrializado.



## 3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



## Informações Operacionais

A respeito da estrutura societária e organizacional das Recuperandas nota-se que houveram alterações em relação ao mês anterior, sendo realizadas três demissões e uma admissão no quadro de funcionários. No término do mês em apreço as Recuperandas possuíam o total de 47 funcionários ativos.

### 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em abril de 2021, não foram registradas mudanças na estrutura societária das Recuperandas, tais como: aportes de capital, investimentos em outras sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social das empresas. A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária das Recuperandas:

#### LULEANA ALIMENTOS EIRELI

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Helio Luís Schuelter	1.625.000	1.625.000,00	100%

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

#### FÁBRICA DE FARINHA DE MANDIOCA ESTRELA DA MANHÃ LTDA

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (R\$)	Participação
Hamilton Pedro Schuelter	500.000	500.000,00	100%

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

O Grupo Luleana possui a seguinte estrutura societária:



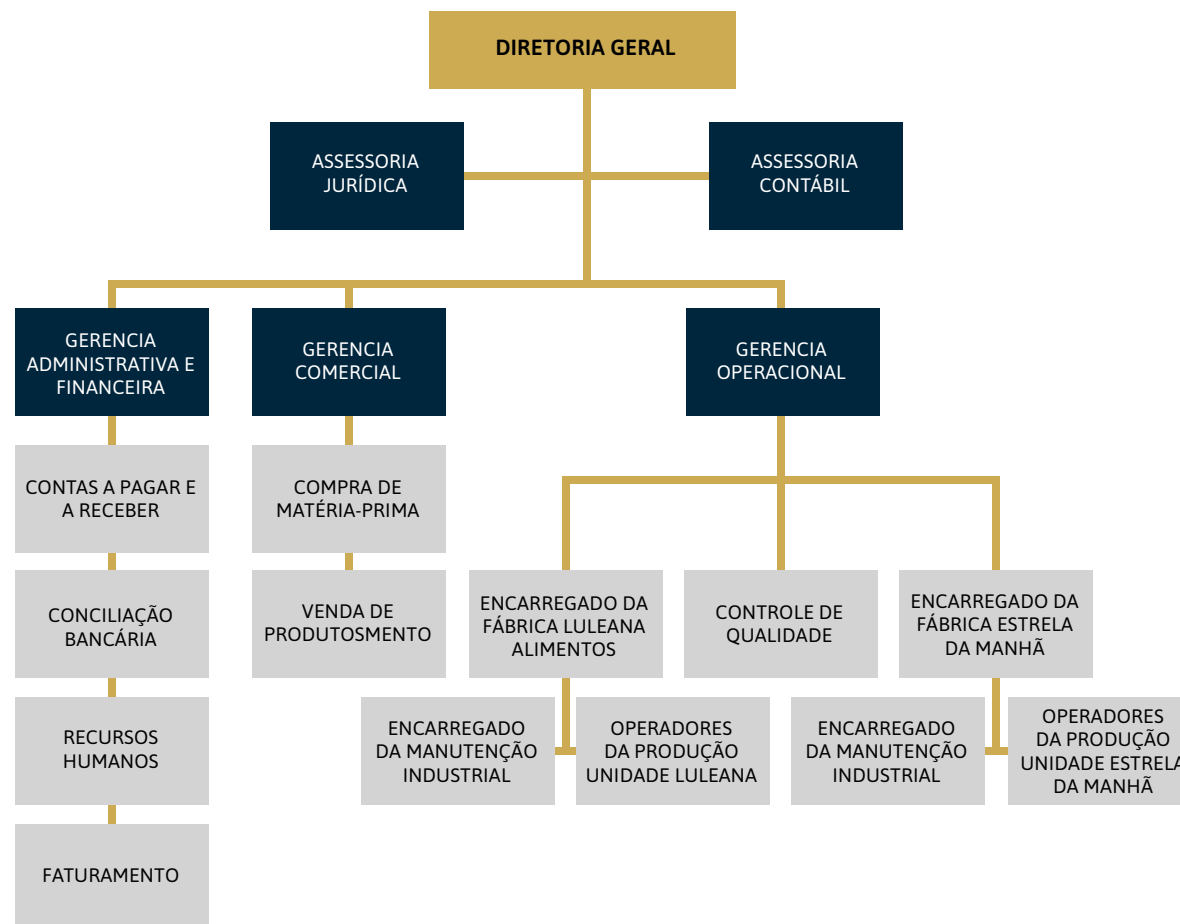
Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

## Informações Operacionais

A respeito da estrutura societária e organizacional das Recuperandas nota-se que houveram alterações em relação ao mês anterior, sendo realizadas três demissões e uma admissão no quadro de funcionários. No término do mês em apreço as Recuperandas possuíam o total de 47 funcionários ativos.

## 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No que tange a estrutura organizacional, as Recuperandas apresentaram na pg. 101 do PRJ juntado aos autos no mov. 944 o organograma da empresa, que segue *infra*.



## Informações Operacionais

A respeito da estrutura societária e organizacional das Recuperandas nota-se que houveram alterações em relação ao mês anterior, sendo realizadas três demissões e uma admissão no quadro de funcionários. No término do mês em apreço as Recuperandas possuíam o total de 47 funcionários ativos.

### 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

O Grupo Luleana possui as seguintes unidades de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
Luleana Alimentos EIRELI	09.409.625/0001-86	Planaltina do Paraná/PR
Fábrica de Farinha de Mandioca Estrela da Manhã EIRELI/EPP	02.929.314/0001-07	Paranavaí/PR

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

### 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os principais FORNECEDORES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Retema Maquinas E Ferramentas Ltda	04.956.246/0001-92
Ambientale Análises Ambientais e de Alimentos LTDA – EPP	10.307.392/0001-90
DM Rech & Rech LTDA – ME	06.100.782/0001-17
Eletro Painele Com. De Materiais Elétricos	79.125.936/0002-80
Hidromatic Com Equip Autom Industrial	79.465.134/0001-38
Ticket Serviços S.A.	47.866.934/0001-74
Copel Distribuição S.A.	04.368.898/0001-06
Telefônica Brasil S.A.	02.558.157/0001-62
Unimake Soluções Corporativas LTDA - EPP	06.117.473/0001-50
Escritorio Argus de Contabilidade	76.727.809/0001-81

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas



## Informações Operacionais

A respeito da estrutura societária e organizacional das Recuperandas nota-se que houveram alterações em relação ao mês anterior, sendo realizadas três demissões e uma admissão no quadro de funcionários. No término do mês em apreço as Recuperandas possuíam o total de 47 funcionários ativos.

O principal CLIENTE da Recuperanda foi:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
General Mills Brasil Alimentos LTDA	61.586.558/0001-95

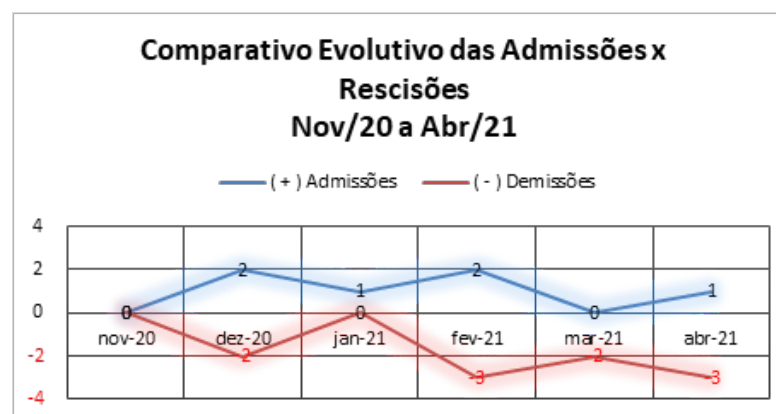
Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

## 3.5 COLABORADORES

As Recuperandas apresentaram a posição do quadro de funcionários referente ao mês de abril de 2021, com variação negativa de 4,08% no seu quadro funcional, conforme apresentado no gráfico seguinte:

FUNCIONÁRIOS	03/2021	04/2021
Quantidade Inicial	51	49
( + ) Admissões	0	1
( - ) Demissões	-2	-3
Total de Funcionários	49	47
<b>Variação</b>		<b>-4,08%</b>

Fonte: Grupo LULEANA – Abril de 2021.



## 4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
- 4.3 ÍNDICES FINANCEIROS



## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

### 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial das Recuperandas do mês de abril de 2021. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	mar-21	abr-21	Variação	Ref.
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Disponível	2.705.641,96	3.200.035,05	18,27%	<b>a</b>
Créditos	3.994.734,85	4.062.142,36	1,69%	
	<b>6.700.376,81</b>	<b>7.262.177,41</b>	<b>8,38%</b>	
<b>Não Circulante</b>				
Realizável a Longo Prazo	2.819.423,62	2.812.576,12	-0,24%	
Imobilizado	17.503.147,41	17.503.147,41	0,00%	
Intangível	97.780,00	97.780,00	0,00%	
	<b>20.420.351,03</b>	<b>20.413.503,53</b>	<b>-0,03%</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>27.120.727,84</b>	<b>27.675.680,94</b>	<b>2,0%</b>	



## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	mar-21	abr-21	Variação	Ref.
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	9.760.844,39	9.789.233,88	0,29%	
Obrigações Sociais e Tributárias	2.420.510,89	2.454.752,38	1,41%	
Contas a Pagar	4.480,00	4.480,00	0,00%	
Empréstimos Bancários	604.466,17	604.466,17	0,00%	
Empréstimos de Terceiros	3.365.356,07	3.358.508,57	-0,20%	
Financiamentos	3.621.017,53	3.621.017,53	0,00%	
	<b>19.776.675,05</b>	<b>19.832.458,53</b>	<b>0,28%</b>	
<b>Não Circulante</b>				
Obrigações a Longo Prazo	6.865.181,82	6.803.135,00	-0,90%	
	<b>6.865.181,82</b>	<b>6.803.135,00</b>	<b>-0,90%</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital Social	2.175.000,00	2.175.000,00	0,00%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-1.696.129,03	-1.134.912,59	-33,09%	
	<b>478.870,97</b>	<b>1.040.087,41</b>	<b>117,20%</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>27.120.727,84</b>	<b>27.675.680,94</b>	<b>2,0%</b>	



## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

## 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no balancete mensal fornecido pelas Recuperandas, para o mês de abril de 2021. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	mar/21	abr/21	Variação	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.223.222,16	1.115.606,62	-8,8%	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-23.919,79	0,00	-100,0%	b
IMPOSTOS SOBRE VENDAS/DEVOLUÇÕES	-23.919,79	0,00	-100,0%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	1.199.302,37	1.115.606,62	-7,0%	
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-1.001.260,92	-458.349,52	-54,2%	
(=) LUCRO BRUTO	198.041,45	657.257,10	231,9%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-211.369,86	-96.040,66	-54,6%	c
DESPESAS COMERCIAIS	-15.179,42	-14.349,85	-5,5%	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-89.042,14	-62.637,91	-29,7%	d
DESPESAS FINANCEIRAS	-19.898,14	-22.104,70	11,1%	e
DESPESAS TRIBUTARIAS	-87.260,16	-224,30	-99,7%	f
RECEITAS FINANCEIRAS	10,00	3.276,10	32661,0%	
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-13.328,41	561.216,44	-4310,7%	
(=) RESULTADO ANTES DA CS E IR	-13.328,41	561.216,44	-4310,7%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,0%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,0%	
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-13.328,41	561.216,44	-4310,7%	

## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

### Notas:

- a) As Recuperandas findaram o mês de abril/2021 com um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**, necessitando, portanto, que os responsáveis reavaliem se esses valores estão corretos ou se se referem a operações que necessitam de reconciliação e que devem ser registrados no resultado das Recuperandas, adequando o resultado das suas operações, situação recorrente quando avaliado os meses anteriores.
- b) Analisando as contas de **Deduções da Receita Bruta** verificamos a inexistência do registro de valores neste mês, apesar de as Recuperandas terem registrado um **Faturamento Bruto** na ordem de **R\$ 1,115 milhão**, necessitando que seja reavaliado os motivos da ausência destas deduções e corrigido nos meses subsequentes. Ressaltamos há necessidade de que as Recuperandas garantam o registro contábil de toda a sua movimentação dentro competências necessárias, possibilitando a análise e avaliação do seu resultado ao longo da RJ.
- c) Avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações:
- d) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**, registrando-se neste mês o valor de **R\$ 58,6 mil contra R\$ 74,1 mil** no mês anterior, redução já percebida nos meses anteriores, a exemplo de março/2021.
- e) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora** no valor de **R\$ 21,8 mil** e também a redução de **99,32%** o registro de **Varição Monetária Passiva** no valor de **R\$ 31,68 contra R\$ 4,6 mil** do mês anterior.
- Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)** no mês de março/2021.



## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

## 4.3 ÍNDICES FINANCEIROS

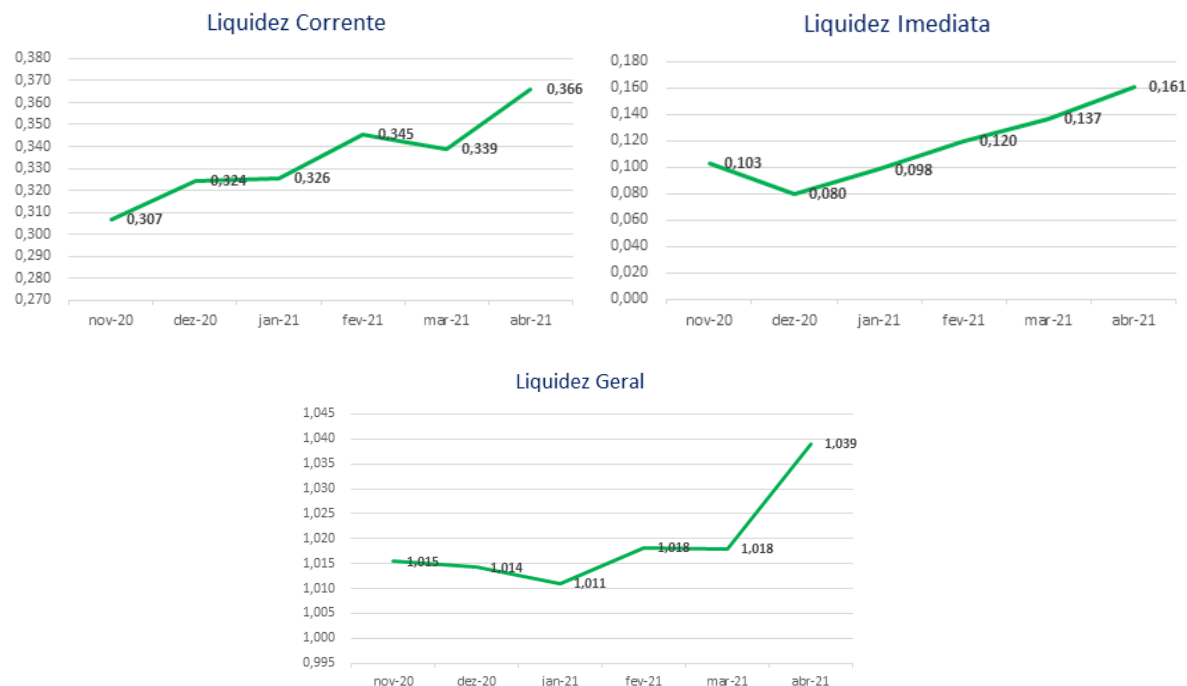
Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade das Recuperandas. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

### Índices de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	mar-21	Índice	abr-21	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	6.700.376,81	0,339	7.262.177,41	0,366
	Passivo Circulante	19.776.675,05		19.832.458,53	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	2.705.641,96	0,137	3.200.035,05	0,161
	Passivo Circulante	19.776.675,05		19.832.458,53	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	27.120.727,84	1,018	27.675.680,94	1,039
	Passivo Circulante + Não Circulante	26.641.856,87		26.635.593,53	

## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de R\$ 3,200 milhão, sendo que destes R\$ 3,181 milhão se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de 54,6% que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de 20,95% nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de CSLL (R\$ 34,8 mil) e IRPJ (R\$ 52,4 mil).



O índice de **liquidez corrente** é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.

O índice de **liquidez geral** é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.

O índice de **liquidez imediata** é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.

No mês de abril/2021, as Recuperandas apresentaram aumento em todos os índices: **Liquidez Corrente (8,1%)**; **Liquidez Geral (2,1%)** e **Liquidez Imediata (17,9%)**.

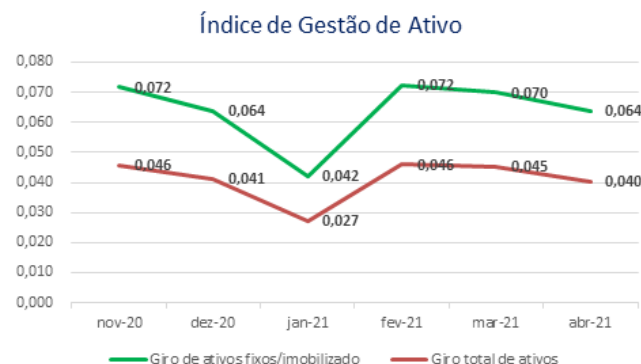


## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de R\$ 3,200 milhão, sendo que destes R\$ 3,181 milhão se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de 54,6% que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de 20,95% nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de CSLL (R\$ 34,8 mil) e IRPJ (R\$ 52,4 mil).

### Índice de gestão de ativo

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	mar-21	Índice	abr-21	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	1.223.222,16	0,070	1.115.606,62	0,064
	Ativo Imobilizado	17.503.147,41		17.503.147,41	
Índice de giro total de ativos	Receitas	1.223.222,16	0,045	1.115.606,62	0,040
	Ativo	27.120.727,84		27.675.680,94	



O índice de **giro de ativos** imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.

O índice de **giro do total de ativos** mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.

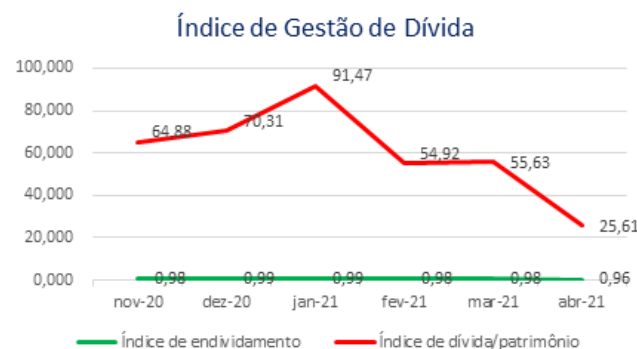
Verifica-se redução nos índices de Gestão do Ativo no mês de abril/2021 quando comparado com o mês anterior, conforme apresentado a seguir: **Giro de Ativos Fixos/Imobilizado (8,8%)** e **Giro Total de Ativos (10,6%)**.

## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

### Índice de gestão de dívida

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	mar-21	Índice	abr-21	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	26.641.856,87	0,982	26.635.593,53	0,962
	Ativo	27.120.727,84		27.675.680,94	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	26.641.856,87	55,635	26.635.593,53	25,609
	Patrimônio Líquido	478.870,97		1.040.087,41	



O índice de **endividamento**, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.

O índice de **dívida/patrimônio** informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.

Nos últimos meses as Recuperandas apresentaram índices de Gestão da Dívida com resultados ruins, contudo peculiares a situação de empresas em RJ.

Verifica-se uma piora nos índices de **Endividamento** nos últimos meses e, quando comparado os meses de março/2021 e abril/2021, constata-se redução de **2%** se comparado ao mês anterior.

Da mesma forma o Índice de **Dívida/Patrimônio** apresentou redução de **54%** no período, demonstrando redução do passivo das Recuperandas em relação ao seu Patrimônio Líquido.





## Informações Financeiras

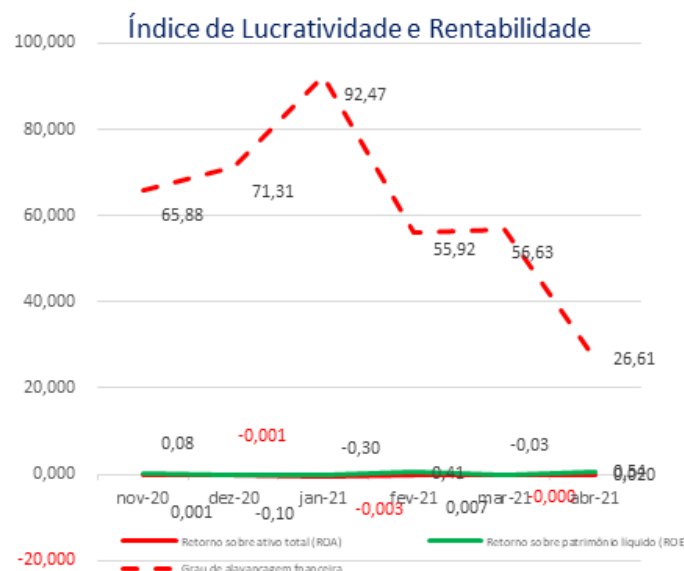
No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.

Índice de lucratividade e rentabilidade					
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	mar-21	Índice	abr-21	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-13.328,41	-0,011	561.216,44	0,503
	Receita de Vendas	1.223.222,16		1.115.606,62	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	1.199.302,37	0,980	1.115.606,62	1,000
	Receita de Vendas	1.223.222,16		1.115.606,62	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	198.041,45	0,165	657.257,10	0,589
	Receita Operacional Líquida	1.199.302,37		1.115.606,62	
Índice de receita operacional/ total de ativos	Lucro Operacional	1.199.302,37	0,044	1.115.606,62	0,040
	Ativo	27.120.727,84		27.675.680,94	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-13.328,41	-0,000	561.216,44	0,020
	Ativo	27.120.727,84		27.675.680,94	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	-13.328,41	-0,028	561.216,44	0,540
	Patrimônio Líquido	478.870,97		1.040.087,41	
Grau de alavancagem financeira	ROE	-0,028	56,635	0,540	26,609
	ROA	-0,000		0,020	



## Informações Financeiras

No período sob análise, as Recuperandas apresentaram um **Disponível** no valor de **R\$ 3,200 milhão**, sendo que destes **R\$ 3,181 milhão** se concentra na conta **Caixa Geral**. Destarte, avaliando as **Despesas Operacionais**, verifica-se uma redução de **54,6%** que teve como principal fator as seguintes variações: a) **Despesas Administrativas (-29,7%)**: destaca-se a redução de **20,95%** nas despesas com **Honorários Advocatícios**; b) **Despesas Financeiras (11,1%)**: como principal causa, ressalta-se a contabilização de **Juros e Multas de Mora**; c) **Despesas Tributárias (-99,7%)**: Devido ao provisionamento Trimestral de **CSLL (R\$ 34,8 mil)** e **IRPJ (R\$ 52,4 mil)**.



O **retorno sobre o ativo total** (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.

O **retorno sobre o patrimônio líquido** (em inglês, Return on Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.

O **grau de alavancagem financeira** (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.

Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade das Recuperandas, verificamos que a exemplo dos meses anteriores, em abril/2021 os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os índices.

Quanto ao índice de Retorno sobre o PL (ROE), ressalta-se que este se apresenta positivo em alguns meses devido ao PL das Recuperandas estar negativo.

Com base neste resultado, é salutar mencionar a necessidade de as Recuperandas buscarem a melhora dos seus resultados com vistas ao cumprimento do planejamento de RJ inicial dentro dos prazos estipulados.



## 5. ENDIVIDAMENTO

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5.2 CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Endividamento

No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior à R\$21 milhões. Findo o prazo do art. 7º, §1º da LFRJ a AJ apresentou a relação nominal de credores, em montante superior a R\$23 milhões. Ademais, tendo em vista os acórdãos dos Agravos de Instrumento que determinaram a exclusão dos Empresários Rurais do polo ativo da RJ, a AJ apresentou Relação de Credores retificada em montante superior a R\$15 milhões.

## 5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas do mov. 1.109 ao mov. 1.102, apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$21.635.576,31 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos)**. Ademais, no mov. 154 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$23.822.434,24 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**. Outrossim, tendo em vista os acórdãos dos Agravos de Instrumento autos nº 0030117-89.2019.8.16.0000 e autos nº 0032755-95.2019.8.16.0000 que determinaram a exclusão dos Empresários Rurais do polo ativo da presente RJ, esta Administradora Judicial apresentou ao mov. 950 a Relação de Credores do art. 7º, §2º, da LFRJ, retificada após a exclusão dos Empresários Rurais, na qual perfaz o importe de **R\$ 15.968.781,31 (quinze milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações por classe de credores:

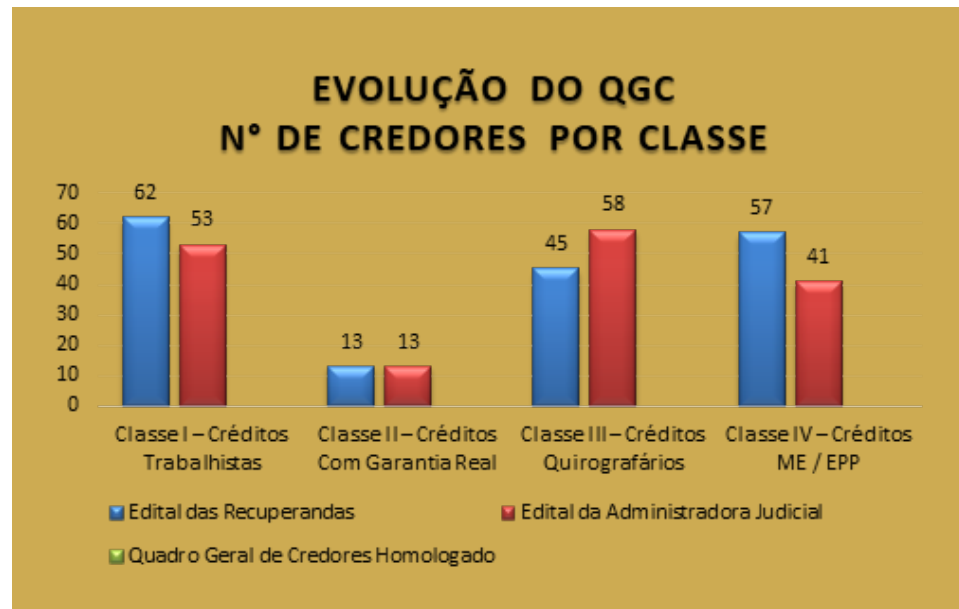
Classe	Moeda	Edital das Recuperandas		Edital da Administradora Judicial		Relação de credores após a exclusão dos Empresários Rurais do polo ativo edital retificado	
		Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)	Nº de Credores	Valor (Em Reais)
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	62	93.077,29	53	64.953,40	53	64.953,40
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	13	15.937.611,74	13	17.910.568,22	12	10.983.127,99
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	45	5.078.287,17	58	5.495.271,34	47	4.573.524,94
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	57	526.600,11	41	351.641,28	41	347.174,98
<b>Total</b>		<b>177</b>	<b>21.635.576,31</b>	<b>165</b>	<b>23.822.434,24</b>	<b>153</b>	<b>15.968.781,31</b>

Fonte: Edital das Recuperandas, Edital da Administradora Judicial e edital expedido ao mov. 956



## Endividamento

No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior à R\$21 milhões. Findo o prazo do art. 7º, §1º da LFRJ a AJ apresentou a relação nominal de credores, em montante superior a R\$23 milhões. Ademais, tendo em vista os acórdãos dos Agravos de Instrumento que determinaram a exclusão dos Empresários Rurais do polo ativo da RJ, a AJ apresentou Relação de Credores retificada em montante superior a R\$15 milhões.

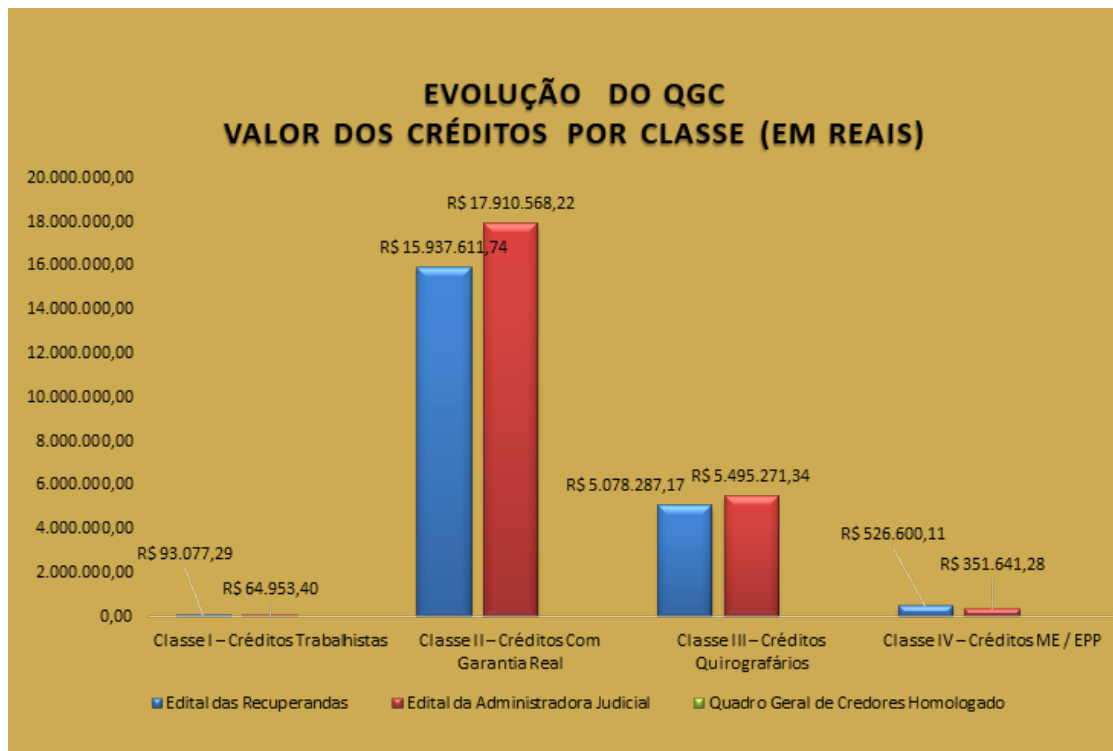


Fonte: Edital das Recuperandas, Edital da Administradora Judicial e relação de credores mov. 950



## Endividamento

No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, em montante superior à R\$21 milhões. Findo o prazo do art. 7º, §1º da LFRJ a AJ apresentou a relação nominal de credores, em montante superior a R\$23 milhões. Ademais, tendo em vista os acórdãos dos Agravos de Instrumento que determinaram a exclusão dos Empresários Rurais do polo ativo da RJ, a AJ apresentou Relação de Credores retificada em montante superior a R\$15 milhões.

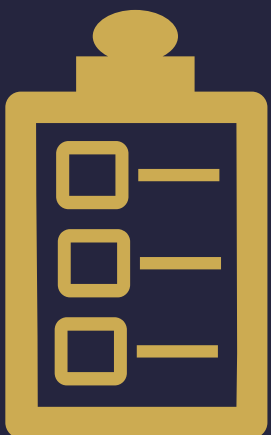


Fonte: Edital das Recuperandas, Edital da Administradora Judicial e relação de credores mov. 950



## 6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 6.1. MEIOS DE RECUPERAÇÃO
- 6.2. PROPOSTA DE PAGAMENTO



## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o **NOVO PRJ** no mov. 944, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros e adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira. O referido Plano foi **APROVADO** em Assembleia Geral de Credores realizada em 26/01/2021, e pende de homologação pelo Juízo.

### 6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 4.1 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue uma síntese dos referidos meios:

- a) Restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas;
- b) Redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros;
- c) Determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;
- d) Ampliar a delegação de competências, que atualmente estão acumuladas no Diretor Geral, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições em sua pessoa;
- e) Implantação de eficiente sistema de apropriação de custos;
- f) Aprimorar os critérios para a determinação dos preços de vendas de bens e serviços;
- g) Implantar sistema de informações gerenciais que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;
- h) Adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Além das medidas elencadas acima, as Recuperandas pretendem promover a readequação de seus custos operacionais e reorganização das suas dívidas.



## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o **NOVO PRJ** no mov. 944, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros e adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira. O referido Plano foi **APROVADO** em Assembleia Geral de Credores realizada em 26/01/2021, e pende de homologação pelo Juízo.

### 6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao **NOVO Plano de Recuperação Judicial** apresentado ao mov. 944 dos autos, apresenta-se na sequência uma síntese da forma de pagamento proposta pelas Recuperandas, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	Sem carência	Pagamento em até 30 dias após a homologação da aprovação do plano.	-	Sem deságio
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	120 parcelas mensais com percentual de amortização das parcelas.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Deságio correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17.05.2019.



## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o **NOVO PRJ** no mov. 944, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros e adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira. O referido Plano foi **APROVADO** em Assembleia Geral de Credores realizada em 26/01/2021, e pende de homologação pelo Juízo.

Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Deságio correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17.05.2019.
	Empresas de Médio e Grande Porte, Fornecedores de Bens e Serviços	24 (vinte e quatro) meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	120 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Deságio correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17.05.2019.
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores até R\$ 3.000,00	12 meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	12 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	-	Sem deságio
	Fornecedores acima de R\$3.000,00	24 meses, partir da data do trânsito em julgado da decisão judicial homologatória da (AGC) que aprovar o PRJ.	60 parcelas mensais fixas, iguais e consecutivas.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Deságio correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da dívida, apurado na data da distribuição da petição inicial da Recuperação Judicial, ou seja, em 17.05.2019.

Fonte: Plano de Recuperação Judicial do grupo Luleana Alimentos (mov. 944)



## 7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

- 7.1 DADOS PROCESSUAIS
- 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL
- 7.3 RECURSOS
- 7.4 INCIDENTES PROCESSUAIS
- 7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

## 7.1 DADOS PROCESSUAIS

Nos termos da Recomendação nº 72 do CNJ, apresenta-se na sequência um apontamento sobre a duração dos prazos processuais, considerando-se em dias corridos para todas as respostas:

Item da Recomendação 72	Descrição do Item	Resposta	Referência
Item 2.3.1	A devedora é: ( ) empresa de pequeno porte EPP; ( ) microempresa (ME); ( ) empresa média; ( ) empresa grande; (X) <b>grupos de empresas</b> ; ( ) empresário individual	As devedoras tratam-se de um grupo empresarial, com natureza EPP e EIRELI.	Movs. 1.2 a 1.17
Item 2.3.2	Houve litisconsórcio ativo: (X) <b>sim</b> ( ) não (Em caso positivo, 02 (indicar número) litisconsortes ativos e o Plano de recuperação foi (X) <b>unitário</b> ( ) individualizado	Sim, houve litisconsórcio ativo, sendo inicialmente composto por 7 pessoas jurídicas, porém com a exclusão dos empresários rurais restaram apenas 2 empresas no polo ativo. O PRJ foi apresentado em conjunto	Movs. 1.1, autos nº 0030117-89.2019.8.16.0000 e autos nº 0032755-95.2019.8.16.0000
Item 2.3.3	Os documentos que instruíram a petição inicial indicaram o valor do passivo: tributário ( ) sim (X) <b>não</b> / demais créditos excluídos da RJ: ( ) sim (X) <b>não</b>	Foi juntada relação de credores apenas dos créditos sujeitos a Recuperação Judicial	Movs. 1.109 e 1.112
Item 2.3.4	Houve realização de constatação prévia: ( ) sim (X) <b>não</b>	Não houve realização de constatação prévia	-
Item 2.3.5	O processamento foi deferido (X) <b>sim</b> ( ) não (Em caso positivo, em quanto tempo? 10 dias desde a distribuição da inicial. Houve emenda da inicial? ( ) sim (X) <b>não</b> (Em caso negativo, em se tratando de litisconsorte, indicar: ( ) indeferimento para todos os litisconsortes; ( ) indeferimento para ____ (indicar número) litisconsortes, indicar fundamento legal para indeferimento)	A petição inicial foi distribuída em 17/05/2019 e o processamento foi deferido no dia 27/05/2019, ou seja, 10 dias depois.	Movs. 1.1, 14.1
Item 2.3.6.1	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 104 dias (indicar número)	A relação de credores prevista no art. 7, §2º da LFRJ foi juntada pela AJ em 29/08/2019, 104 dias após a distribuição da inicial.	Mov. 154



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Item 2.3.6.2	Qual o tempo decorrido entre: a decisão de deferimento do processamento e a relação de credores elaborada pelo administrador judicial: 94 dias (indicar número)	A relação de credores prevista no art. 7, §2º da LFRJ foi juntada pela AJ em 29/08/2019, 94 dias após a decisão de deferimento do processamento da RJ.	Mov. 154
Item 2.3.6.3	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a realização da primeira assembleia de credores para deliberar sobre o plano de recuperação: 620 dias	A Assembleia Geral de Credores fora realizada ao dia 26/01/2021, a qual fora instalada em primeira convocação, e o Plano de Recuperação Judicial restou aprovado pela maioria dos credores.	Mov. 1047
Item 2.3.6.4	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação do plano de recuperação pela assembleia de credores: 620 dias	A Assembleia Geral de Credores fora realizada ao dia 26/01/2021, a qual fora instalada em primeira convocação, e o Plano de Recuperação Judicial restou aprovado pela maioria dos credores.	Mov. 1047
Item 2.3.6.5	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores: 620 dias	A Assembleia Geral de Credores fora realizada ao dia 26/01/2021, a qual fora instalada em primeira convocação, e o Plano de Recuperação Judicial restou aprovado pela maioria dos credores.	Mov. 1047
Item 2.3.6.6	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a concessão da recuperação judicial (homologação do plano): ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.7	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial e a convalidação em falência: em caso de plano rejeitado pela assembleia de credores; ____ dias (indicar número) e em caso de recuperação judicial concedida; ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.8	Qual o tempo decorrido entre: a distribuição da inicial até a apresentação do quadro geral de credores; ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Item 2.3.6.9	Qual o tempo decorrido entre: a duração da suspensão prevista no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05; _____ (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.6.10	O tempo decorrido desde a distribuição da inicial e extinção da recuperação judicial (quando não convalidada em falência); ____ dias (indicar número)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.7	Aprovação do plano de recuperação judicial ocorreu na forma prevista no art. 58 §1º da Lei 11.101/05 (cram down): ( ) sim (X) <b>não</b>	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.8	Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial: ( ) sim ( ) não. Em caso positivo, o plano foi: ( ) mantido integralmente ( ) mantido em parte ( ) anulado	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.9	Houve a apresentação de plano especial na forma prevista nos arts. 70 e ss. da Lei 11.101/05 (quando aplicável): ( ) sim (X) <b>não</b>	Não houve pedido de plano especial, isto é, as Recuperandas optaram pelo rito comum	Mov. 1.1
Item 2.3.10	Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05: ( ) sim ( ) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, o leilão foi realizado: ( ) antes ( ) depois ( ) antes e depois (se mais de um leilão e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.2	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, houve recurso contra a decisão que deferiu ou indeferiu a alienação de filial ou UPI: ( ) sim ( ) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.10.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.10, na hipótese de recurso, a realização do leilão foi: ( ) autorizada ( ) rejeitada	Evento não ocorrido.	-



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Item 2.3.11	Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05: ( ) sim ( ) não (Em caso positivo, a alienação foi realizada: ( ) antes ( ) depois ( ) antes e depois (se mais de uma alienação e em diferentes momentos da assembleia geral de credores para deliberação do plano de recuperação)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.12	Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial: ( ) sim ( ) não (Em caso positivo, houve a outorga de garantia real ( ) sim ( ) não) e (Em caso de outorga, a garantia constituída foi ( ) alienação fiduciária ( ) cessão fiduciária ( ) hipoteca ( ) penhor ( ) outro direito real de garantia)	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13	Houve pedido de modificação do plano após a concessão de recuperação judicial ( ) sim ( ) não	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.13.1	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o pedido foi formulado: ____ (indicar número) dias contados da distribuição da inicial e (indicar número) dias contados da concessão da recuperação judicial	Evento não ocorrido.	-
Itens 2.3.13.2 e 2.3.13.3	Em caso positivo, sobre o item 2.3.13, o plano modificativo foi: ( ) aprovado ( ) rejeitado e em quanto tempo a contar da sua apresentação o plano de recuperação modificativo foi aprovado ou rejeitado: ____ (indicar número) dias	Evento não ocorrido.	-
Item 2.3.14	Indique a razão da convalidação da recuperação judicial em falência: [inserir campo de texto] (ex: não apresentação do plano de recuperação judicial no prazo legal, descumprimento do plano de recuperação judicial, etc.).	Evento não ocorrido.	-



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Item 2.3.15	Houve fixação de honorários mensais ao Administrador Judicial: <b>(X) sim</b> ( ) não (Em caso positivo, indicar o valor mensal da remuneração)	23 (vinte e três) parcelas da seguinte forma: as 05 (cinco) primeiras parcelas mensais no importe de R\$9.000,00 (nove mil reais), e as demais 18 (dezoito) parcelas mensais no importe de R\$ 15.529,65 (quinze mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), com vencimento todo dia 05 (cinco) de cada mês.	Mov. 75, 89
Item 2.3.15.2	Indicar o valor total da remuneração fixada ao Administrador Judicial: <b>R\$324.533,65</b>	R\$ 324.533,65 (trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos) sendo o limite de 1,5% (um, cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à Recuperação Judicial, nos termos do art. 24, §1º da lei 11.101/2005.	Mov. 14.1



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

## 7.2 ANDAMENTO PROCESSUAL

As empresas ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial no dia 17/05/2019, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
07/04/2021	Manifestação realizada pelo Ministério Público, na qual posicionou-se favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial.	1105
12/04/2021	Petição realizada pela União (Fazenda Nacional), onde informou concordar com os termos previstos no Plano de Recuperação Judicial e ainda, que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal.	1108
14/04/2021	Manifestação da Administradora Judicial pleiteando a juntada do RMA com competência ao mês 02/2021.	1109
19/04/2021	Manifestação do Município de Planaltina do Paraná, informando a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.	1110
29/04/2021	Petitório realizado pelas Recuperandas, onde requereram a juntada do Demonstrativo do Resultado do Exercício referente ao mês de março de 2021.	1111
30/04/2021	Petitório realizado pela Caixa Econômica Federal, no qual apresentou os demonstrativos de débito referentes às dívidas que as Recuperandas possuem junto à instituição financeira.	1112





## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

## 7.3 RECURSOS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam neste Juízo ou instâncias superiores, envolvendo as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Agravo de Instrumento autos nº 0030117-89.2019.8.16.0000	Banco do Brasil S.A X Luleana Alimentos EIRELI e outros	O Agravante (Banco do Brasil S.A.) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, sob a alegação de que decisão agravada é nula, visto que a extensão da recuperação aos Empresários Rurais não fora fundamentada e tampouco o motivo pelo qual se aceitou consolidação substancial das empresas no processo (mov. 5.2). As Recuperandas apresentaram contrarrazões impugnando todas as alegações do Agravante. Em decisão inicial, indeferiu-se o efeito suspensivo do recurso. O Administrador Judicial manifestou-se no sentido de ser mantida a decisão agravada, nos seus exatos termos. O Ministério Público se manifestou pela manutenção da decisão agravada. No mov. 64 o Douto Desembargador deu <b>parcial provimento ao recurso, não vislumbrando nulidade na decisão agravada</b> . Entendeu, porém, que os empresários rurais não integram o grupo econômico das Recuperandas, sendo, portanto declarados <b>ilegítimos para figurar o polo ativo da recuperação</b> . Por fim, os autos foram transferidos para o recurso 0030177-89.2019.8.16.0000 Pet 1, Recurso Especial. Os autos transitaram em julgado, conforme certificado no mov. 90.



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Agravamento de Instrumento autos nº 0032755-95.2019.8.16.0000	Banco Bradesco S.A. X Luleana Alimentos EIRELI e outros	<p>O agravante (Banco Bradesco S.A.) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial (mov. 1.13).</p> <p>Alegou ser o registro necessário pelo tempo mínimo de dois anos para o pedido de recuperação judicial, em benefício da boa-fé e da segurança jurídica. Sendo que, o registro dos empresários, neste caso, trata-se de blindagem patrimonial em detrimento dos credores da recuperação e requereu que os prazos sejam contados em dias corridos.</p> <p>Em decisão inicial o efeito suspensivo foi negado.</p> <p>Em contrarrazões, as Recuperandas requereram a manutenção da decisão a quo, por entender facultativo o registro do produtor rural.</p> <p>Em manifestação, a AJ entendeu pela manutenção da decisão a quo em seus exatos termos.</p> <p>O Ministério Público concluiu que a falta de registro não é óbice para o deferimento da recuperação e quanto ao prazo de suspensão (stay period) deve ser reformada a decisão para conta-lo em dias corridos.</p> <p>O acórdão foi juntado no mov. 58.1 <b>com provimento ao recurso, declarando os empresários rurais como ilegítimos a figurar o polo ativo do processo. Ademais, determinou-se que os prazos para apresentação do plano de recuperação judicial e a suspensão dos processos sejam contados em dias corridos.</b></p> <p>Por fim, os autos foram transferidos para o recurso 0032755-95.2019.8.16.0000 Pet 1, Recurso Especial.</p>
Recurso Especial autos nº 0030177-89.2019.8.16.0000 – Pet 1	Helio Luis Schuelter e outros	<p>Helio Luis Schuelter e os demais empresários rurais que figuram no polo passivo da RJ interpuseram Recurso Especial em face do acórdão que os declarou ilegítimos para figurarem o polo ativo do processo de recuperação judicial de origem (mov. 1.47).</p> <p>Alegou-se que, é mera formalidade ao produtor rural o registro na Junta Comercial e o período de exercício da atividade rural regular pode ser comprovada por documento diverso, fato que não o exclui da recuperação judicial. Sendo requerido efeito suspensivo do presente recurso, a fim de evitar a realização de Assembleia Geral de Credores.</p> <p><b>Em decisão inicial, indeferiu-se o efeito suspensivo.</b> Ato contínuo, em 10/02/2020 ocorreu o oferecimento de contrarrazões do Recurso Especial pelo recorrido (mov. 22).</p> <p>Por fim, conforme acórdão de mov. 61 o Recurso em comento <b>foi inadmitido frente ao óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, impedindo a admissão do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.</b></p> <p>Tendo em vista o não conhecimento do Agravo em Recurso Especial interposto ao mov. 81, os autos transitaram em julgado, conforme certificado no mov. 83.</p>



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Recurso Especial autos nº 0032755-95.2019.8.16.0000 – Pet 1	Helio Luis Schuelter e outros	Helio Luis Schuelter e os demais empresários rurais que figuram o processo de Recuperação Judicial interpuseram Recurso Especial com pedido de efeito suspensivo em face do acórdão que os declarou ilegítimos para figurarem o polo ativo do processo de recuperação judicial de origem, pois entendeu que a atividade dependeria necessariamente de registro a mais de dois anos (mov. 1.47). Em 25/03/2020 ocorreu a juntada de contrarrazões pelo Agravado e por fim, no mov. 11.1 o Ministério Público manifestou ciência. Em 14/05/2020 os autos foram conclusos para exame de admissibilidade. Em 22/06/2020, conforme acórdão de mov. 14 o Recurso em comento <b>foi inadmitido frente ao óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, impedindo a admissão do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.</b>
Agravo em Recurso Especial autos nº 0030117-89.2019.8.16.0000 AResp 2	Helio Luis Schuelter e outros	Helio Luis Schuelter e os demais empresários rurais que requereram Recuperação Judicial interpuseram o presente recurso, com o fito de que seja reformada a respeitável decisão proferida pela Vice-Presidente do Tribunal a quo, com o objetivo de que seja conhecido, julgado e provido pelo Superior Tribunal de Justiça o Recurso Especial outrora interposto. No mov. 3.1 o Agravado foi intimado para apresentar Resposta ao Agravo ao STJ/STF. Na data de 01/07/2020 ao mov. 22 o Agravado apresentou contrarrazões. <b>Desta feita, o recurso encontra-se concluso para julgamento.</b> O presente Agravo não foi conhecido pelo Egrégio Tribunal Superior, tendo em vista que não fora impugnado especificadamente todos os fundamentos da decisão recorrida, nos termos do art. 932, inciso III do Código de Processo Civil, bem como, art. 253, parágrafo único, do STJ. Desse modo, os autos transitaram em julgado, conforme certificado no mov. 50.
Agravo em Recurso Especial autos nº 0032755-95.2019.8.16.0000 AResp 2	Helio Luis Schuelter e outros	Helio Luis Schuelter e os demais empresários rurais que requereram Recuperação Judicial interpuseram o presente recurso, com o fito de que seja reformada a respeitável decisão proferida pela Vice-Presidente do Tribunal a quo, com o objetivo de que seja conhecido, julgado e provido pelo Superior Tribunal de Justiça o Recurso Especial outrora interposto. No mov. 3.1 o Agravado foi intimado para apresentar Resposta ao Agravo ao STJ/STF. Em 10/08/2020 ocorreu a juntada de contrarrazões pelo Agravado e por fim, no mov. 28.1 o Ministério Público manifestou ciência. <b>Desta feita, o recurso encontra-se concluso para julgamento.</b>



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

Agravo de Instrumento autos nº 0020938-97.2020.8.16.0000	Luleana Alimentos EIRELI e Fábrica de Farinha de Mandioca Estrela da Manhã LTDA	<p>As Recuperandas interpuseram Agravo de Instrumento em face da decisão interlocutória de mov. 597.1 nos autos de origem, ocasião em que requereram o deferimento do efeito suspensivo, na forma do art. 1.019, inciso I, do CPC, para conceder a tutela pretendida em caráter liminar, determinando a prorrogação do stay period, a fim de garantir a continuidade da empresa e a consecução do plano de recuperação judicial a ser votado.</p> <p><b>Em 06/05/2020 ao mov. 10 foi concedida a concessão da antecipação da tutela recursal, a fim de prorrogar o prazo de duração da suspensão (stay period) pelo prazo de 90 (noventa) dias, dentro do qual, a princípio, possível a realização da Assembleia Geral de Credores.</b></p> <p>Ato contínuo, na data de 05/06/2020 o Ilustre representante do Ministério Público apresentou parecer favorável ao pedido da Recuperanda e se manifestou pelo conhecimento e provimento do presente recurso de Agravo de Instrumento. Em data de 16/03/2021, a Magistrada, diante da realização da Assembleia Geral de Credores no dia 26/01/2021, intimou os agravantes à se manifestarem diante da perda superveniente do objeto recursal. Conforme intimados, os agravantes manifestaram-se ao mov. 137, no qual informaram não se opor à extinção do presente recurso diante da perda superveniente do objeto recursal.</p>
--	---	---


## 7.4 INCIDENTES PROCESSUAIS

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam neste Juízo ou instâncias superiores, envolvendo as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Impugnação de Crédito autos nº 0001441-66.2019.8.16.0151	AJR Equipamentos LTDA X Luleana Alimentos EIRELI e outros	Trata-se de impugnação ao crédito proposta por AJR Equipamentos LTDA em razão de divergência quanto ao valor do crédito apresentado no edital de credores, ocasião em que o impugnante alega que o valor apresentado de R\$ 1.120,00, deve ser corrigido para R\$ 2.428,20, acrescido de juros moratórios e corrigidos monetariamente até a data do pedido de Recuperação Judicial. Os autos encontram-se conclusos para despacho. Em 18/02/2020 a MM. Magistrada determinou a extinção do feito ante a ausência de recolhimento de custas (mov. 11.1). Outrossim, em 20/02/2020 ao mov. 15 foi lavrada certidão informando o cancelamento de distribuição dos autos, sendo <b>arquivado definitivamente</b> .
Habilitação Retardatária de Crédito autos nº 0001405-87.2020.8.16.0151	Caixa Econômica Federal X Luleana Alimentos EIRELI e outros	Trata-se de Habilitação Retardatária Ao Rol De Credores proposto pela Caixa Econômica Federal, na qual pleiteia a habilitação de seus créditos aos autos principais de Recuperação Judicial, sendo um no valor de R\$ 90.335,18 referente à classe II (Garantia Real) e o outro no valor de R\$ 55.106,99 referente à classe III (Créditos Quirografários).

## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

 Eventos ocorridos  
 Eventos Futuros

## 7.5 CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
17/05/2019	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
27/05/2019	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
05/06/2019	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
03/06/2019	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
27/06/2019	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
12/08/2019	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ)
29/08/2019	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
09/09/2019	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ e Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 53 e 7º, §2º LFRJ)
23/09/2019	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
23/10/2019	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
29/06/2020	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ RETIFICADO no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
22/07/2020	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ) do edital RETIFICADO
18/08/2020	Apresentação da Relação de Credores RETIFICADA elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
05/08/2020	Apresentação do NOVO Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ)
24/09/2020	Publicação de Edital aviso de recebimento do NOVO PRJ (art. 53 da LFRJ)
24/09/2020	Publicação do Edital da Relação de Credores do AJ RETIFICADA no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (7º, §2º LFRJ)



## Informações Processuais

No mês em apreço, o Ministério Público se manifestou favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial, consoante ao parecer acostado no mov. 1105. Do mesmo modo, a União se manifestou no mov. 1108, não apresentando óbice à aprovação do PRJ, bem como, informando que os débitos das Recuperandas não se encontram regularizados perante à Receita Federal. Não obstante, o Município de Planaltina do Paraná, comunicou no mov. 1110 a regularidade tributária das Recuperandas em face do Município.

09/10/2020	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores RETIFICADA apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
09/11/2020	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao NOVO Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
06/07/2020	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra as Recuperandas - 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
09/12/2020	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)



Eventos ocorridos



Eventos Futuros



## 8. GLOSSÁRIO



## Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores  
AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
ED – Embargos de Declaração  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
Grupo Luleana Alimentos - Luleana Alimentos Eireli e Fábrica De Farinha de Mandioca Estrela da Manhã LTDA – EPP  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
RJ – Recuperação Judicial  
Rel. – Relator (a)  
Recuperandas – Grupo Luleana  
Resp – Recurso Especial  
RMA – Relatório Mensal de Atividades  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
PRJ – Plano de Recuperação Judicial  
§ - Parágrafo





## 9. ANEXOS



## Anexo I FOTOS DA INSPEÇÃO FÍSICA

Durante o período sob análise – abril de 2021 – esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências das Recuperandas.





### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

   /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJX53 UC9MY E4Z8Z N8TMA